



O FÓRUM EJA COMO ESPAÇO DE ESCUTA E MOBILIZAÇÃO: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS EM OURIÇANGAS–BA

Cristina Ferreira da Silva ¹; Adriana de Jesus²; Eduardo José Fernandes Nunes³

¹ Mestrado em Educação pelo Programa de Pós- Graduação em Educação de Jovens e Adultos, Professora da rede municipal de Irará. Membro do grupo de pesquisa Teoria Social e Projeto Político Pedagógico. E-mail: crismpeja@gmail.com

² Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura brasileira. Professora da rede municipal de Irará. Membro do grupo de Estudos, Extensão e Pesquisa Interdisciplinar em Linguagem e Sociedade. E-mail: profadrianaj@gmail.com

³ Doutor em Análise Geográfica Regional. Membro do Grupo Teoria Social e Projeto Político Pedagógico. Professor da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: eduardojosf2@gmail.com

EIXO TEMÁTICO 8: MOVIMENTOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO

RESUMO

O resumo apresenta o resultado da experiência que o Fórum EJA da Região de Irará, através de uma roda de conversa realizou no município de Ouriçangas–BA, em doze de março de dois mil e vinte cinco, na Escola Municipal Jairo Azi. O tema da roda foi “O Cenário da EJA no município de Ouriçangas- Bahia”, teve como objetivos: Refletir com a comunidade a situação da EJA no município de Ouriçangas, apresentando possíveis sugestões para garantir o direito à educação da classe trabalhadora; Fazer a escuta sensível, respeitando as vozes dos sujeitos; Registrar a sugestões dos sujeitos presentes, pensando no acesso, permanência e aprendizagem com qualidade; Fortalecer a EJA com proposições para mobilizar a realização de novas matrículas. A EJA carrega um histórico de negação, entretanto, o Fórum EJA da Região é um movimento contra hegemônico que através das ações coletivas insistem em pautar as demandas dessa modalidade, a partir de um novo olhar, pois segundo Arroyo (2017), a EJA desempenha um papel social importante na promoção da inclusão, na formação de sujeitos críticos, na valorização da diversidade e na luta contra exclusão. Nesse sentido, por compreender o espaço do Fórum como um movimento social, território de diálogo, partilha e formação cidadã, é que insistimos em afirmar o que a Constituição de 1988 garante, a EJA é direito. Nesse contexto, enviamos para os (ex-alunos, pessoas conhecidas, alunos que se matricularam no mês de janeiro, mas, ainda não tinham comparecido até a data anterior a reunião, associações rurais) convites através do WhatsApp e alguns entregues pessoalmente. Segundo (Santos e Nunes, 2019) os movimentos sociais vêm desempenhando um papel de protagonismo ao reivindicarem uma educação voltada para a classe trabalhadora, buscando reparar as negações históricas de acesso à escolarização e contribuindo para a consolidação da modalidade hoje conhecida como Educação de Jovens e Adultos. Foi



preciso estruturar o encontro em momentos de acolhimento, exibição de vídeos, partilha de vivências, apresentação das Leis, Diretrizes e Resoluções que regulamentam a EJA, para assim, obtermos a confiança dos participantes e culminar na sistematização de propostas de ação para o fortalecimento da EJA no município de Ouriçangas. A atuação do Fórum EJA nesse âmbito, se insere na tradição de mobilização construída pelos Fóruns de EJA no Brasil, que, desde o final da década de 1990, vêm atuando como instâncias de diálogo entre sociedade civil, poder público, movimentos sociais e universidades. França e Cearon (2012) explicam que os Fóruns são “espaços públicos, permanentes, não estatais e não institucionais de articulação de entidades públicas, privadas e do terceiro setor” (p. 65), legitimando-se como movimentos sociais em defesa do direito à educação de jovens, adultos e idosos. Essa concepção se materializa nas práticas locais, como a vivida em Ouriçangas, em que educadores e educandos compartilham experiências e constroem, coletivamente, caminhos para garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar. A prática de escuta, neste contexto, assume papel central. Mais do que um método, a escuta sensível foi compreendida como uma atitude política e pedagógica, inspirada no pensamento de Freire (1997), que entende a educação como “um ato político e de libertação”, mediado pelo diálogo e pela valorização das experiências de vida. Na roda de conversa, as falas do gestor escolar, dos estudantes, e de professores que não atuam na EJA, mas se fizeram presentes por apoiarem a iniciativa do Fórum, revelaram histórias de superação, resistências e sonhos interrompidos, elementos que dão sentido à luta cotidiana pela EJA. O exercício de falar e ser ouvido produz reconhecimento e pertencimento, convertendo a escuta em prática emancipatória. O Fórum, ao se constituir como um território de formação e resistência, faz emergir o protagonismo dos sujeitos e o compromisso ético com a transformação social. Como enfatiza Paiva (2007, p. 70), os Fóruns de EJA configuram-se como “movimentos organizados em torno do direito à educação que não recuarão na defesa intransigente desse direito”. Essa perspectiva foi reafirmada pelos participantes do encontro, que reconheceram a EJA como política pública essencial para combater as desigualdades históricas e o apagamento das trajetórias de trabalhadores, mulheres e pessoas negras e periféricas, sujeitos que compõem a base social da modalidade. Em consonância com as análises de Di Pierro (2005), a história da EJA no Brasil é marcada por avanços legais e retrocessos institucionais, refletindo o tensionamento entre o direito à educação e a descontinuidade das políticas públicas. É com essa preocupação, das descontinuidades com a modalidade, a falta de ação da secretaria de Educação em mobilizar a comunidade para retornar à escola que o Fórum EJA intervém na perspectiva de que essa lacuna seja fechada. Pois, o direito a educação deve ser permanente, associado a cultura, em condições de equidade e igualdade para todas as pessoas. Como resposta, a atuação do Fórum surge, nesse cenário, como resposta coletiva à negligência da Secretaria de Educação, reconfigurando a EJA como campo de luta e de produção de saberes. Para França e Cearon (2012), “os Fóruns de EJA vêm desenvolvendo ações para promover debates, estudos e trocas de experiências, contribuindo para a eliminação de processos discriminatórios e para a formação específica de educadores” (p. 66). A experiência que tivemos em Ouriçangas dialoga com essa missão, ao conjugar ação pedagógica, mobilização popular e reflexão crítica sobre o papel da escola pública na vida dos sujeitos. No plano metodológico, a roda de conversa foi conduzida com base na observação participante e na escuta dialógica, com registro coletivo das contribuições não só dos educandos, mas também dos militantes do Fórum. Sugestões (fazer reunião em cada comunidade e levantar o número de pessoas que nunca estudaram, reabrir as escolas das comunidades, colocar carro de som convidando a comunidade para estudar, dar um auxílio tipo o pé de meia do Estado,



sortear cesta básica nas reuniões, fazer chamadas na rádio local, oferecer uma merenda de boa qualidade), foi registrado pela vice-diretora e encaminhado para a Secretária Municipal de Educação. Essa sistematização das vozes dos sujeitos é parte fundamental da dinâmica dos Fóruns, que se orientam pela gestão democrática e pelo princípio freireano de que a palavra é ato de transformação. O momento evidenciou que a EJA não se limita a um espaço de escolarização tardia, mas constitui-se como processo contínuo de construção de identidades, pertencimentos e cidadania. Assim, o Fórum reafirma-se como espaço de esperança, de resistência e de produção de políticas do cotidiano. Sua força reside na coletividade e na escuta, na articulação entre diferentes segmentos e na aposta em uma educação que nasce da vida. A experiência de Ouriçangas demonstrou que a EJA, quando pensada a partir de seus sujeitos, é capaz de mobilizar afetos, saberes e práticas de transformação social. Em sintonia com Freire, reafirma-se que “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”, pois é na partilha e na ação coletiva que se constrói a utopia de uma educação pública popular e emancipadora.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Fórum EJA; Escuta sensível; Mobilização social; Paulo Freire.

REFERÊNCIAS

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1115–1139, 2005.

FRANÇA, Magdalânia Cauby; CEARON, Nelcida Maria. Fóruns de Educação de Jovens e Adultos: uma história contada a partir da mobilização na Bahia e da participação do segmento das universidades. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 21, n. 37, p. 63–70, jan./jun. 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

PAIVA, Jane. Educação de Jovens e Adultos: movimentos pela consolidação de direitos. **REVEJ@ – Revista de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, n. 0, p. 68–86, 2007.

NUNES, Eduardo José Fernandes. Modernidade, Globalização e Suas Marcas sobre a construção do perfil dos estudantes da EJA no Território do Sisal. In: SANTOS, Katiúscia da Silva; NUNES, Eduardo José Fernandes, SANTOS, Paulo José Pereira dos. **Educação na Contemporaneidade: (organizadores)**- Curitiba: CRV, 2019.